

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D441	Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506  1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 301
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CRIATIVIDADE Esvaziada: A Economia Criativa de acordo os Ministros da Cultura depois do término da Sec	
Diego Santos Vieira de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2691925061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
ABORDAGEM Fitoquímica e Farmacológica das folhas <i>Terminalia catappa</i> Linn (Combretaceae)	
Maria da Costa Belina	
Mônica Regina Silva de Araújo	
Beatriz Dias	
Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno	
Aluísio Marques da Fonseca	
Ana Isabel Vitorino Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2691925062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
ASPECTOS Socioambientais dos sistemas de Dessalinização implantados no Município de Barreira, Ceará, Brasil	
Maria Dasdores Gonçalo Costa	
Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto	
Juan Carlos Alvarado Alcócer	
José Wertson Gonçalo Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2691925063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
Cidadania e Participação Política: O que os livros didáticos de Sociologia falam sobre isso?	
Dayane Gomes da Silva Rodrigues	
Ninótica Rosa Vieira Andrade	
Marta da Silva Aguiar	
Ismael Ferreira do Nascimento	
João Vitorino dos Santos Gonçalo	
Isaiane Rozado Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250634</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>58</b>
CONJUNTO Arquitetônico do Largo e Beco do Boticário (RJ): Uma ruína esquecida?	
Patrícia Martins de Sá	
Maria Amália S. A. Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250635</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>73</b>
ESTUDO Quantitativo dos impactos ambientais dos complexos eólicos Santa Mônica e Rosa dos Ventos	
Guilherme Geremias Prata	
Rejane Félix Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250636</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>86</b>
FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL	
Rosenilda Marques da Silva Felipe Antonio Idêrlían Pereira de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250637</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC	
Rodrigo dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250638</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
Marclin Felix Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26919250639</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	
Murilo de Sousa Almeida Francisco Nildo da Silva Maria Brenna Mendes Cunha José Abel Aguiar Silva Paz Henderson Castelo Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>126</b>
SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA	
Robson Santos Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>141</b>
TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS	
Maria Sara de Lima Dias Álaba Cristina Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA	
Nairon Gaia Coimbra Diana Priscila Sá Alberto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>164</b>
AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL	
Rossana Maria Marinho Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506314</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR	
Fátima Regina Cividini Paola Stefanutti Valdir Gregory	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>192</b>
COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO	
Flavia Querino Da Silva Emily Alves Cruz Moy Ana Angélica Leal Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>206</b>
CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL	
Letícia de Cássia Costa de Oliveira Ana Maria Dalla Zen	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL	
Antonio Henrique Seixas de Oliveira Diana de Souza Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>236</b>
OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS	
Luciane Marques Raupp	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>251</b>
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>264</b>
SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	
Viviane Vidal Pereira dos Santos Maria Tarcisa Silva Bega	
<b>DOI 10.22533/at.ed.269192506321</b>	



**CAPÍTULO 22 ..... 281**

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade  
Dayane Gomes da Silva Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.269192506322**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 293**

## CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL

### **Letícia de Cássia Costa de Oliveira**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### **Ana Maria Dalla Zen**

Professora Titular da FABICO/UFRGS. Docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a analisar o percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação entre os artesãos do Rio Grande do Sul que produzem artefatos de cunho ancestral e de referência cultural. Interpreta a produção enquanto elemento constituinte do patrimônio rio-grandense, como a expressão individual e coletiva da identidade e do território, da plástica do artefato, do tempo de produção e da mutabilidade do objeto. Analisa as relações estabelecidas entre o contexto de produção dessas práticas de saberes e fazeres artesanais, com os fundamentos teóricos do campo do patrimônio e da economia criativa. A metodologia inclui a análise de conteúdo de entrevistas realizadas em etapa anterior à pesquisa, acompanhadas de rodas de conversa para identificar as relações afetivas e culturais e de memória incorporadas por essas práticas culturais. Os resultados iniciais sugerem

elementos úteis para possíveis interpretações e caminhos para a patrimonialização do artesanato gaúcho de referência cultural. Os resultados parciais até aqui obtidos permitem que se considere que a prática do artesanato ancestral e de referência cultural confere autonomia aos sujeitos, tanto como estratégia de geração de renda, como por lhes oportunizar o estabelecimento de vínculos de memória afetiva e social entre diferentes gerações, por meio da promoção desses fazeres e saberes e de seus mestres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural. Identidade cultural. Artesanato rio-grandense. Referência cultural. Memória afetiva e social.

### THE OUTLINE OF A CULTURAL IDENTITY: CRAFTWORK AS RIO GRANDE DO SUL'S HERITAGE

**ABSTRACT:** This study intends to analyse the journey to identity construction and the processes involved in subjectivation among the craftsmen from Rio Grande do Sul that produce artefacts related to ancestry and cultural reference. This study also understands the production of crafts as an element which is part of Rio Grande do Sul's heritage, such as an individual, collective, territorial identity expression, the artefact plastics, the production

time and the mutability of the object. This analyses the relationships established in the production context of these practices of craft doings and knowledge with the theoretical fundamentals of the heritage field and the creative economy. The method includes an analysis of the content of the interviews performed in a prior stage to the research, alongside with the conversation circles aiming to identify the affective and cultural relationships and the memories incorporated through this cultural practices. The initial results suggest useful elements to possible interpretations and ways to patrimonise the gaúcho's craftwork of cultural reference. The partial results obtained so far allow the consideration that the doing of ancestral and cultural reference craftwork gives subjects autonomy, not only as a strategy to generate income, but also to allow bonds based on affective and social memories to be made among different generations through promoting the crafts doings and knowledge and its masters.

**KEYWORDS:** Cultural heritage. Cultural identity. Gaúcho's craftwork. Cultural reference. Affective and social memory.

## 1 | INTRODUÇÃO

O percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação do artesanato rio-grandense transparece uma vasta diversidade de saberes e fazeres. Configura-se como resultado de um caldeirão cultural oriundo da interação entre o homem e a natureza, pautado pela adversidade territorial e da miscigenação étnica entre povos originários e tradicionais, colonizadores e imigrantes, igualmente importantes para o fortalecimento do artesanato meridional. A herança desses cruzamentos se constitui num contorno identitário do Rio Grande do Sul, que a credencia como patrimônio cultural do Estado.

Nascido e residente em uma das regiões mais históricas do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Pardo, cenário das guerras Guaranítica, do Paraguai e da Revolução Farroupilha, o artesão João Carlos, trabalha há mais de 30 anos com produção de brinquedos de madeira. João Carlos traduz o saber-fazer herdado do pai como uma influência artística: "Comecei por herança do meu pai que era marceneiro e que me influenciou muito na arte. Tive muitas ótimas ideias com ele e é claro que fui me aperfeiçoando à medida do tempo", comenta. Ele transformou o que começou como um *hobby* num trabalho efetivo, que começou a exercer no fundo de seu quintal, numa pequena fábrica de brinquedos. Hoje ele é considerado referência cultural da região, o que o incentiva a continuidade à prática de sua herança: "Eu acredito que quando a gente gosta do que faz é metade do caminho para se seguir em frente. Acho que é por aí a ideia que eu tenho do artesanato", destaca. Assim como ele, Maria Antonela, moradora do pequeno município de Vila Flores, região nordeste do Rio Grande do Sul, também tem como patrimônio familiar o artesanato com barro, que sua família, uma das primeiras a migrar da Itália para o sul do Brasil, há mais de cento e quarenta anos, transformou em base para o sustento familiar: "Eles descobriram que do barro

nosso aqui, embora seja um barro de várzea, podiam ser feitos tijolos e aí começaram a fazer os primeiros tijolos para construir o primeiro fogo de chão, para não pegar fogo na casa”, comenta. A sua família, como a maioria dos imigrantes aqui chegados, dedicava-se na Itália à produção de cerâmica, e ela direcionou sua técnica para a confecção de santos de cerâmica. A produção de imagens de São Francisco e de presépios de Natal é o que caracteriza o seu trabalho. Além dela, produz imagens que refletem a saga da vinda dos colonos italianos para o Brasil. Antonela lembra que ela e seus irmãos aprenderam com o pai o uso e a técnica do barro: “O pai procurava a *batinga*, pedra mole que tem nos barrancos, levava para nós esculpirmos todas as peças do presépio”. Desse modo, percebe-se que essa técnica atravessou o oceano e, em função da falta de recursos e das adversidades aqui encontradas, ela permaneceu viva, como forma de geração de renda baseada numa tradição herdada da família da artesã.

No Rio Grande do Sul também é forte a manifestação do artesanato indígena das etnias *Kaingang*, *Mbyá-Guarani* e *Charrua* como expressão cultural viva das suas crenças e dos seus costumes. Numa cultura que tem sua base na espiritualidade e respeito à natureza, desde a infância seus membros aprendem a fazer artefatos profanos e sagrados. A artesã kaingang Maria Lara confecciona para comercialização, balaios e cestos com fibra de taquara e cipó. Ela explica que o aprendeu com seus avós, transmite para as crianças da aldeia: “[...] o índio não tem, como vou dizer, herança [...]. É essa a herança que a gente deixa [...]. Nós deixamos a sabedoria do artesanato para nossos filhos. Para nós é uma grande riqueza”.

Diante do exposto, este trabalho se propõe a reunir subsídios para analisar o percurso da construção da identidade e dos processos de subjetivação entre os artesãos do Rio Grande do Sul, na produção de artefatos de cunho ancestral e de referência cultural. O seu objetivo é identificar a contribuição do artesanato produzido para a construção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista da expressão identitária individual e do território, bem como da singularidade do artefato em si. Também se propõe a interpretar as relações que se estabelecem no contexto dessas práticas de artesanato, na perspectiva teórica dos campos do patrimônio e da economia criativa.

Essa problemática se justifica na busca em compreender o lugar do artesanato na memória afetiva e social na contemporaneidade, como expressão cultural e da constituição do território rio-grandense. Nesse sentido, deve ser destacado que, no Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), responsável pela implementação das políticas públicas do artesanato no Estado, incentivando a profissionalização e fomentando a atividade do artesão, em 2018, estão cadastrados cerca de noventa mil artesãos. E, levando em conta que o meio rural é o berço do artesanato tradicional e de referência cultural, foram instituídas políticas públicas estaduais voltadas para esse tipo de artesanato. Para isso, é definido como *Artesão Familiar Rural* aquele que utiliza matéria-prima própria

e faça sua transformação de forma rudimentar em estabelecimento da região rural, de acordo com a Lei 14.483 de 28 de janeiro de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2019, doc. Eletrônico). Todavia, como se verá mais adiante, o documento agrega de valor econômico ao artesanato, mas não o considera como patrimônio cultural.

Para coleta dos dados, foi feita a análise do conteúdo de entrevistas realizadas em etapa anterior à pesquisa, acompanhadas de rodas de conversa, que permitiram que se identificassem as relações afetivas e culturais e de memória incorporadas por essas práticas. Em sequência, será feita uma análise dos recortes de conversas já apresentadas acima, para interpretar até que ponto os processos de aprendizagem dos saberes e fazeres referentes ao artesanato se constituem numa expressão do patrimônio cultural do Estado.

## 2 | O ARTESANATO COMO EXPRESSÃO DA CULTURA VIVA

Nas histórias de João Carlos, de Maria Iara e Maria Antonela, se observa um denominador comum, que vai além da produção do artesanato. Trata-se da integração da atividade com a cultura que representa cada um dos sujeitos, transmitida de geração a geração. São conhecimentos que contêm elementos tradicionais, resultantes de experiências individuais ou coletivas reconhecidas em suas comunidades ou regiões. E que, dessa maneira, respondem aos anseios de expressão identitária e dos valores culturais dos seus grupos sociais e também do Estado. A identidade cultural, dessa maneira, se constitui num catalisador da necessidade de expressão humana envolta na produção do artesanato.

O artesanato tradicional é essa expressão humana enraizada no seio da cultura popular, lugar de excelência das manifestações culturais, agregado a valores simbólicos de uma comunidade ou de um território. São os conhecimentos herdados, transmitidos de geração em geração, que, através do acúmulo seletivo de experiências, formam o patrimônio cultural do espaço a que se referem.

De acordo com o IPHAN, há uma disputa entre os campos do artesanato e do patrimônio. E, ao definir o conceito de patrimônio cultural imaterial, apresenta como suas categorias a sua dimensão coletivo, a transmissão geracional e o caráter dinâmico e processual do patrimônio imaterial. O caráter coletivo é a unidade base para a noção de patrimônio imaterial, que se configura como um “[...] grupo de pessoas, que pode ser pensado como comunidade, grupo social, segmento, base social, a depender do contexto, da natureza da ação, do entendimento que se quer construir” (IPHAN, 2014, p. 28). O patrimônio é sempre o saber-fazer e não o reconhecimento do detentor do conhecimento, no caso do artesanato é o fazer e não o artesão. A transmissão geracional é realizada pelos meios mais reconhecidos da comunidade, sendo mais comum pela transmissão oral, mas é condição para as manifestações culturais de patrimônio imaterial, “[...] devem existir, em alguma medida, processos

de transmissão de conhecimentos, técnicas, sentidos, memórias e valores associados ao bem cultural, dos mais velhos para os mais novos [...]” (IPHAN, 2014, p.29). E finalizando, o caráter dinâmico e processual do patrimônio é originário da concepção de uma cultura viva e de um processo cultural que acontece entre pessoas que detêm ou não o conhecimento. É nesse contexto que o artesanato e o patrimônio cultural se encontram e colaboram entre si para manter a cultura viva.

O artesanato é um fenômeno complexo e diferenciado, ao condensar simbolismo, estética, política e economia, e expressa um conjunto de manifestações e procedimentos que vão desde a utilidade dos saberes e fazeres tradicionais, uso do corpo, conhecimento do local, para coleta da matéria-prima, emprego de técnicas de produção, transmissão geracional, enfim, uma “[...] espécie de fato social total”, a ser aprofundado (ROCHA, 2011).

Para a compreensão deste fenômeno, neste estudo, foram analisadas as políticas públicas referentes ao artesanato brasileiro, publicadas na base conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro (BRASIL, 2017, doc eletrônico), que apresentam duas categorias representativas para análise nesta pesquisa, que são respectivamente o artesanato tradicional e o de referência cultural. O primeiro inclui o conjunto de manifestações culturais mais relevantes dos conhecimentos tradicionais inerentes à vida cotidiana dos sujeitos. Sua importância cultural expressa a identidade, valores e preserva a memória de uma região. São conhecimentos transmitidos oralmente por gerações e sua produção se concentra de maneira familiar ou comunitária. O artesanato de referência cultural, por sua vez, considera o conjunto de artefatos que representam um resgate ou releitura dos elementos culturais da tradição do local onde se originam.

Desse modo, as políticas públicas brasileiras, destacam que o artesanato tradicional e de referência cultural são processos que ressignificam a tradição, trazendo-a para o presente e incorporando ao cotidiano, inteiramente ou em parte, elementos do meio ambiente onde é produzido. E, com isso, neutralizam a noção de que o tradicional é velho, passado.

É uma tradição que se renova, bem mais frequente que a invenção das tradições, proposta por Hobsbawm e Ranger (2015), uma vez que ocorrem de forma rápida as transformações dos dois lados, ou seja, da demanda e da oferta. Os autores também reforçam a ideia de que é preciso evitar considerar que as estruturas das comunidades, bem como suas tradições, são antigas e rígidas e que as mesmas subsequentes surgiram anulando as tradições antigas.

Também não é um meio de pensar a característica da tradição no artesanato como uma sociedade tradicional em oposição à sociedade contemporânea, uma vez que “[...]ver no artesanato resquícios de uma sociedade tradicional é esquecê-lo como contemporâneo e minimizá-lo em sua importância na medida em que é através das chamadas atividades artesanais que parte significativa da população sobrevive” (ALVIM, 1983, p.49). Portanto, discorrer sobre artesanato é também percorrer uma

trajetória humana, considerando o sujeito, o tempo e o espaço. E, para compreender o sentido do artesanato gaúcho, a seguir será apresentada uma imersão histórica em sua produção no Estado.

### 3 | ARTEFATOS DA MEMÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL: A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA, AFRICANA, DAS COLONIZAÇÕES E DAS IMIGRAÇÕES

As origens do artesanato no Rio Grande do Sul remetem à história da formação da região. Uma pequena incursão nesse período de formação do povo gaúcho brasileiro inclui desde a liberdade dos povos indígenas até sua catequização pelos jesuítas espanhóis. Ribeiro (1995, p.410) identifica no processo de colonização mestiça entre espanhóis, portugueses e guaranis um dos principais pontos de culturalização dos costumes do homem branco. Segundo o autor, ela ocorre na “[...] transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani “. E dentro dela, especializaram-se em explorar o gado selvagem abundante nas pradarias do Rio da Prata, na região de Tapes, com índios missionários Guarani fugidos das Missões Jesuítas, além de outros “[...] guaranizados pelos jesuítas e posteriormente mestiçados com espanhóis e portugueses”. Outros teriam se originado do núcleo neo-Guarani de Assunção, no Paraguai, expandido sobre a Argentina. E um terceiro grupo seriam os descendentes dos portugueses instalados na Colônia de Sacramento, em 1680.

Segundo o autor, a mulher Guarani foi a matriz da formação do gaúcho brasileiro, pela especialização pastoril a partir da caça do rebanho de gado trazido pelos jesuítas que pastavam livres em terras sem dono, para a exploração do couro e produção de manufaturas. Entretanto, a despeito do povo Guarani sofrer com o processo de catequização espanhol e ser forçado a assimilar a cultura europeia, não perdeu a essência de seus costumes e tradições. Técnicas, usos e matérias-primas como barro, madeira, sementes, ossos e fibras naturais foram fontes fundamentais para as manifestações do artesanato que ainda hoje se mantém. O povo Guarani é até hoje essencialmente agricultor, dedicado a pequenas lavouras de milho, mandioca, feijão preto, abóbora, batata, fumo e algodão. Também sabia extrair a erva mate das reservas naturais, e foi influenciado a cultura gaúcha ao utilizar cuias para chimarrão feitas do fruto de *curcubitáceas* plantadas por eles, chamado de *porongo* (LESSA, 1978).

Com a colonização espanhola e portuguesa, a partir do estabelecimento das estâncias de gado. o manuseio do couro se desenvolveu em função da necessidade da confecção de peças de vestuário e utensílios para o trabalho no campo. Portanto, o couro foi uma das primeiras matérias-primas de importante exploração artesanal para o Rio Grande do Sul, e que posteriormente se converteu num importante elemento para o desenvolvimento industrial do Estado. Além dele, firmou-se o ferro, para confecção

de armas e cutelaria, necessárias para o abastecimento dos batalhões portugueses e espanhóis que reivindicam a fronteira sul do Brasil.

A partir da presença africana no sul do País, novas matérias-primas encontradas na natureza passaram a ser utilizadas para produção de artefatos como fibras de bananeira, coqueiro, palha de milho, sementes e madeira. Os artefatos produzidos eram tanto para uso diário como ritualístico, dentre estes instrumentos de percussão utilizados nos rituais religiosos, como afoxé e tambores, bem como objetos para oferendas como gamelas e barcos de madeira, cestarias, fio de contas e cordões de santo. Os quilombolas gaúchos até hoje produzem artefatos que atravessaram o tempo como vestígios da sua memória. Confeccionam também *quipes*, espécie de cestos de palha com a função de servir de berço para as crianças, mas utilizados para carregar a mudas e sementes para plantio. Também fazem *joeiras* ou peneiras, com base de bambu, taquara, folha de butiazeiro ou coqueiro e amarrações de casca de *imbira* torcida, utilizadas para secagem das ervas medicinais e frutas (BUCHWEITZ; LESSA; WACHHOLZ, 2010). Além disso, são mestres no manuseio de retalhos de tecido para confecção de bonecas de pano e das tradicionais *Abayomi*, termo que significa *encontro precioso* em língua em Iorubá. Elas são feitas com retalhos das saias das mães africanas, sem costuras, apenas com nós, “[...] para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos *tumbeiros*, navios que realizavam o transporte de escravos entre a África e Brasil “[...] servindo como amuleto de proteção, transformando-se nos dias atuais em símbolo de resistência” (VIEIRA, 2019, doc. eletrônico). E, por fim, a ancestralidade africana do período colonial brasileiro, colabora com a herança do *fuxico*, técnica de aproveitamento de retalhos de tecidos para produzir pequenas trouxinhas de pano, costuradas com agulhas de bambu ou espinhos de algumas espécies de cactus, e linhas feitas com fibras naturais. Hoje é utilizado sozinho ou costurado com outras trouxinhas para formar um revestimento utilizado na confecção de roupas, bolsas, almofadas, tapetes, entre outros (FAJARDO; MATHIAS; AUTRAN, 2002). Ao que parece, o fuxico teria se originado nas reuniões noturnas das escravas nas senzalas (mexerico, fuxico), em que utilizavam os retalhos dos vestidos desprezados pelas senhoras para fazerem o fuxico, que depois era aproveitado na confecção de cobertores por artesãos. Todavia, como a prática de artesanato era proibida aos escravos, as peças eram escondidas, para posterior utilização ou venda para obtenção de dinheiro para sua liberdade (HISTÓRIA DO FUXICO, 2019, doc. eletrônico).

Nessa ação multicultural, os imigrantes luso-açorianos trouxeram os costumes do litoral de suas ilhas para a beira dos rios gaúchos, em especial aqueles vinculados à pescaria. Isso incluiu a produção de barcos artesanais de madeira e a tecelagem de redes, dentre outros. Talvez a tradição da tecelagem gaúcha tenha sido contribuição açoriana, só que com a utilização de novos materiais. Se nos Arquipélago dos Açores era feita com algodão, aqui nas novas terras a habilidade de tecelagem facilitou que se tornassem artesãos da lã, para produção de cobertores, tapetes, mantas e colchas.



Finalmente, os imigrantes alemães e italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul no final do século XIX, colaboraram significativamente para a constituição das futuras indústrias do Estado. Os imigrantes alemães, que se estabeleceram em regiões geográficas em melhores condições do que os açorianos, logo aperfeiçoaram as técnicas de curtição e apetrechos de montaria (guascaria), como bolsas, botas, entre outros artigos (LESSA, 1978). Outra herança a eles atribuída é a riqueza das técnicas de tecelagem manual, que se constituiu na base para o desenvolvimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul. Tanto os alemães quanto os italianos também trouxeram as técnicas de bordado e costura, desde o início muito empregadas na lida diária. O bordado era utilizado nas roupas, jogos de cama/mesa e na produção de *wandschoner*, panos feitos de algodão ou linho, bordados à mão que serviam para transmitir mensagens de variados temas como religiosos, educativos ou moralizantes, instalados para decorar salas, quartos ou cozinhas. Com o passar do tempo, a peça começou a ser produzida em conjunto com outras peças para a proteção dos utensílios de cozinha, mas sem bordados de mensagens, e até hoje são encontradas à venda em feiras de artesanato.

Desse modo, é inegável a constituição de uma matriz multicultural do artesanato no Rio Grande do Sul. Tendo em vista que a memória é um conceito importante no campo do patrimônio e elemento de valorização do artesanato rio-grandense, a caracterização dos artefatos promove uma simbiose do objeto como memória, de acordo com suas características de manualidade, utilidade/praticidade e tipicidade do artesanato. Segundo Tedesco (2007), a manualidade confere autenticidade e a rusticidade ao artefato, sendo fonte do artesanato, de sua técnica e historicidade. A utilidade/praticidade vem ao encontro da temporalidade e do espaço que ocupa esse artefato como objeto. E, por fim, a tipicidade carrega a historiografia do artefato e o coloca no patamar diferenciado de um objeto da memória.

Ainda sobre como compreender a memória, Halbwachs (2006) revela que é impossível uma memória absolutamente individual porque ela depende de outros. Portanto, ela se evidencia e se reconstrói socialmente. A memória individual depende de uma comunidade afetiva, ou seja, depende de outras pessoas que fizeram parte da vida. Mas, além da presença dos outros, há também aquela que se constitui por pontos de referência que existem externamente, com caráter social. A memória coletiva é contínua e as experiências vividas no passado, mesmo fazendo parte de um contexto geral, de alguma forma dizem respeito a um grupo social específico, que busca na memória individual marcos para suas representações.

Prosseguindo, é importante lembrar que o artesanato e a vida na região rural sempre estiveram conectados. Os imigrantes foram levados para regiões remotas do Estado, onde praticamente não dispunham de ferramentas e tiveram que usar suas próprias mãos para produzir seus aparatos de trabalho. Em decorrência disso, os costumes da lida rural tomaram o tempo desses colonos, que se voltaram à geração de matérias-primas em ritmo crescente, seja para a produção de alimentos, como

para produção de utilitários. Da produção caseira, passaram à comercialização de produtos artesanais. “Não se pode esquecer também que a “pequena indústria doméstica” tem profunda relação com a cultura popular camponesa, o cidadão migrante a carrega consigo, ainda que readaptada” (TEDESCO, 2006, p. 234-235). O artesanato ancestral está nesse *ethos* do colono, que preserva na memória as práticas culturais artesanais. Portanto, o artesanato é a expressão viva da história e da cultura dessas comunidades, e serve de indicador material e simbólico, dos resquícios da cultura e da visão de seus ascendentes. Desse modo, ao ser produzido no centro do núcleo familiar e da comunidade, o artesanato proporciona uma escala de interlocuções do meio rural com o urbano, entre família e comunidade, além de se constituir na base para a construção de relações em redes, criadas em torno das lutas pela obtenção da matéria-prima, pelo conhecimento de técnicas, bem como para divulgação e comercialização do artesanato. O indivíduo utiliza, desde sempre, objetos como mediadores para se relacionar, sendo o artesanato uma forma que permite que transpareça a relação homem-natureza dentro do contexto da cultura dinâmica do seu meio.

#### **4 | O ARTESANATO DO RIO GRANDE DO SUL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA CRIATIVA**

O artesanato tradicional e de referência cultural, sob o ponto de vista do campo do patrimônio, pode ser estratégico como vetor da economia criativa. Ao ser analisado nesse campo, ele pode ser identificado como uma expressão do patrimônio em sua dimensão imaterial, assim definido pela Convenção para a Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, bem como instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais, reconhecidos pelas comunidades grupos ou indivíduos como seu patrimônio cultural. É transmitido de geração e recriado pelas comunidades “[...] em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2006, p.4). Assim entendido, o artesanato gaúcho, através da recriação do tangível em intangível, envolve simbolismo e identidade, o que contribui para promover a diversidade cultural da história do Rio Grande do Sul e faz transparecer a trajetória da criatividade humana de seus diferentes grupos étnicos. Trata-se de uma atividade que se firmou como base no desenvolvimento humano da Região, transformado em patrimônio cultural por sua participação na vida das pessoas. E, ao assumir essa função, torna-se fundamental para o futuro da sociedade, já que, conforme Pérez (2009), o patrimônio cultural ocupa um espaço de destaque no desenvolvimento de regiões rurais mais deprimidas e na recuperação de espaços urbanos. E, na compreensão do conceito do que se entende

por desenvolvimento, o autor destaca que se trata de “[...] um processo de construção de futuros sociais que envolve programas (práticas), discursos e imaginários com o objetivo de mudar uma comunidade, um território ou um grupo de pessoas [...]” (PÉREZ, 2009, p. 159). E, complementa o autor, que se constitui num plano de vida individual e coletivo.

A dimensão simbólica da produção humana é peça fundamental na definição de uma possibilidade econômica do patrimônio cultural, ao precificar os bens e serviços culturais. A comercialização desses bens e serviços pode construir novos caminhos, a partir de redes de solidariedade e sustentabilidade.. E, sem dúvida, integrada aos princípios da economia criativa, aqui entendida como as atividades de cunho econômico que produzem e distribuem bens e serviços, utilizando diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social, por meio da criatividade, habilidade e talento de indivíduos ou grupos (BRASIL, 2012, doc. eletrônico).

Nessa linha, o patrimônio cultural pode ser considerado uma categoria da indústria criativa e se configura como um caminho para o desenvolvimento sustentável. A criatividade, aliada à utilização de suportes tecnológicos contemporâneos, pode impulsionar o setor do patrimônio e suas expressões, ao agregar valor econômico a manifestações histórico-culturais consubstanciadas na produção artesanal. A integração da produção em empreendimentos solidários, na forma de cooperativas ou associações, tem potencial para a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Habilidade, criatividade e criatividade e talento podem se converter em alicerce para a constituição de um fluxo de movimentação econômica, com bons resultados tanto para o artesanato, quanto para a sociedade. A economia criativa pode ser o apoio para a reinvenção dos espaços urbanos dentro da lógica das cidades e territórios culturais e criativos. São lugares que se constituem em núcleos multidisciplinares onde se articulam as práticas e manifestações culturais. Para que isso ocorra, é fundamental a congruência das políticas públicas para o incentivo do cidadão e, principalmente, sua identificação como protagonista desse contexto.

No Rio Grande do Sul, a legislação contempla a profissionalização, a formação do artesanato e a comercialização do produto. Através da Lei no 13.516, de 13 de setembro de 2010, foi criada a *Ação Estadual de Valorização do Artesanato no Estado do Rio Grande do Sul*, que ratifica o compromisso estadual com as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico sustentável, com foco na valorização dos artesãos e na promoção do artesanato gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2015, doc. eletrônico). Nela há orientações detalhadas que formalizam a profissionalização do artesanato e do artesanato, como a valorização da identidade e cultura gaúchas, a integração da atividade com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável, a qualificação dos artesãos e o estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção, bem como a certificação do artesanato, como forma de valorizar os produtos e as técnicas artesanais. Todavia, a análise do documento mostra que ele vai de encontro à proposta deste trabalho, ao enfatizar tão somente o caráter econômico

da formalização do artesanato, sem qualquer menção a ele como um elemento importante do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Nas diretrizes, há total ausência do artesanato como expressão da identidade, dos valores culturais e da preservação da memória regional. Portanto, a legislação atual distancia o artesanato gaúcho das políticas públicas de valorização do patrimônio, e estabelece um cenário de aproximação com a economia criativa. Assim, ignora a capacidade do patrimônio cultural como protagonista de ações na área da economia criativa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado até aqui, o artesanato tradicional e de referência cultural é expressão identitária da cultura do Rio Grande do Sul, cujos contornos se fixam em sua matriz indígena, como povos originários, dos negros, como comunidades tradicionais, e dos colonizadores e imigrantes, que trouxeram em sua bagagem o caráter dinâmico do patrimônio de seus países de origem. Isso se tornou possível através de um processo de permanente interlocução entre as gerações, com saberes e fazeres transmitidos consciente ou inconscientemente entre si. Trata-se de ação humana gestada principalmente no seio familiar das comunidades rurais, em que se alinham a utilidade e praticidade do artefato com sua rotina de afazeres. Também é reconhecer que ele oportuniza intercâmbios entre o meio rural e o urbano, mediante o estabelecimento de redes de solidariedade e ao proporcionar o reconhecimento autônomo de muitos artesãos. E, se considerarmos que desde sempre o indivíduo utiliza símbolos e objetos como mediadores de suas relações, o artesanato é um objeto da memória afetiva e social que traduz seus vestígios conectando o indivíduo entre o passado e presente. Muito longe de se constituir numa tradição rígida e de um tempo passado e distante, trata-se de um elemento vivo da cultura, que se renova de modo contínuo e permanente.

Todavia, no âmbito das políticas públicas, o artesanato gaúcho ainda não foi reconhecido como uma referência do patrimônio cultural do Estado. E, para se pensar na sua concretização, é fundamental que o seu reconhecimento seja feito. Isso pode ser efetivado através de ações que contemplem o reconhecimento desta identidade cultural e formas de sua promoção como memória regional, a exemplo do que é feito em outras regiões do Brasil. Trata-se de um novo modo de ver o artesanato, como estratégia para incentivar o desenvolvimento social e econômico, baseado no respeito e valorização à diversidade cultural, à complexa herança cultural indígena negra e imigrante, tendo como referência o respeito e sacralização da natureza. Desse modo, será possível estabelecer um cenário promissor, colocando o patrimônio cultural, como protagonista das perspectivas de uma economia criativa, porém solidária.

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Artesanato, tradição e mudança social: um estudo a partir da arte do ouro de Juazeiro do Norte. In: RIBEIRO, Berta. **O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1983.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, 2011. Doc. Eletrônico. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/PLANO+DA+SECRETARIA+DA+ECONOMIA+CRIATIVA/81dd57b6-e43b-43ec-93cf-2a29be1dd071>. Acessado em: 12 de nov. de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro**. Bases conceituais do artesanato brasileiro. Brasília, DF, Secretaria de Comércio e Serviços, MDICM, 2012. Documento eletrônico. Doc. Eletrônico. Disponível em: <https://www.google.com.br/search=base+conceitual+do++brasileiro+&aqs=chrom.69i57j0.8425j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 5 de out de 2017.

BUCHWEITZ, Susanne; LESSA, Daniela; WACHHOLZ, Rocheli. **Artesanato quilombola: do território Sul do Rio Grande do Sul - Brasil / Vários autores**. - [s.l.]: CAPA, 2010.

FAJARDO, Elias; MATHIAS, Cristina; AUTRAN, Margarida. **Papéis e panos**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

HALBWACHS, Eric. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

**HISTÓRIA DO FUXICO: Artesanato**. Fuxiqueiras. Disponível em: <http://fuxiqueirasarte.blogspot.com/2013/01/a-historia-do-fuxico.html>. Acessado em: 20 de fev. de 2019.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio imaterial: fortalecendo o Sistema Nacional**. Brasília : IPHAN, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227771POR.pdf> Acessado em: 30 de maio de 2018.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Mão gaúcha**. Vol 1. Fundação Gaúcha do Trabalho. Porto Alegre: Escola Gráfica FEPLAN, 1978.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural**. Uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. Espanha): ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2.ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

*RIO GRANDE DO SUL*. Lei nº 14.483, de 28 de janeiro de 2014. **Diário Oficial do Estado**, nº 020, de 29 de janeiro de 2014. Altera a Lei nº 13.516, de 13 de setembro de 2010. Doc. Eletrônico. Disponível: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.483.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

\_\_\_\_. **Manual de orientação do artesanato gaúcho**. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. Doc. Eletrônico. Disponível em: <https://fgtas.rs.gov.br/upload/arquivos/201510/21122806-manual-de-orientacao-pga-versao-final-c-correcao.pdf>. Acessado em: 30 de nov. de 2015.

ROCHA, Gilmar. **Mauss & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TEDESCO, JC. **Festas e saberes: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial**

do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, J. C. O artesanato como expressão de um sistema de autarquia econômico-familiar no meio rural: subsídios para uma história econômica regional. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, Ed. Especial, 2006.

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acessado em: 29 jun. 2017.

VIEIRA, Kauê. Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino. **Afreaka**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/> Acessado em: 20 de fev. de 2019.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269